

QUADRO RESUMO DO CERTAME

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2025

ID Compras Gov: 90020

UASG: 985703 – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

PROCESSO N.º 63.226/2024

CÓDIGO CIDADES/TCES: ID 24.076E0500001.02.0134

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A FIM DE PROMOVER ASSISTÊNCIA ADEQUADA AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

REGISTRO DE PREÇOS: SIM

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de SAÚDE (SEMSA) – Fundo Municipal de SAÚDE (FMS)

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 83.589,00 (oitenta e três mil quinhentos e oitenta e nove reais).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA (horário de Brasília):

Início do acolhimento de Proposta: dia 13/02/2025 às 08h00min

Fim do acolhimento de Proposta e Início da Sessão de Disputa: dia 25/02/2025 às 10h00min

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS: dia 20/02/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: [Menor preço] por [item]

REGIME DE EXECUÇÃO: [empreitada por preço global]

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: [Ampla Concorrência]

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DE ACOMPANHAMENTO DO CERTAME
<https://www.gov.br/compras/pt-br> – plataforma de realização do certame e/ou
<http://www.vilavelha.es.gov.br/transparencia> – link: LICITAÇÕES e/ou
<https://www.vilavelha.es.gov.br/licitacoes>

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Leopoldina, n.º 840, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha/ES, neste ato representada pela **Secretaria Municipal de SAÚDE – SEMSA (Fundo Municipal de SAÚDE – FMS)** torna público que se acha aberta a presente licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, modo de disputa aberto e fechado e critério de julgamento do tipo [Menor preço] por [item], através da Plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br> do Governo Federal, conforme Processo Administrativo nº 63.226/2024. O procedimento licitatório será realizado pela Pregoeira **FABIANA TOLEDO** e equipe de apoio **BEATRIZ RODRIGUES GUARIZE** da Diretoria de Compras Governamentais da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, devidamente designados através da Portaria nº 213/2024, e regido pela **Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 307/2023** (Regulamento da Lei nº 14.133/2021), Decreto Municipal n.º 17/2024 (Regulamenta a Composição das Funções das Compras Governamentais), Portaria Conjunta n.º 002/2024 (Portaria de Padronização do **EDITAL**), aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n.º 123/2006 (Lei Geral das EI, ME e EPP), Lei Municipal n.º 5.099/2011, Lei Municipal n.º 4.817/2009 (Lei Geral do Município EI, ME e EPP), Lei Municipal n.º 6.050/2018 (Programa de Integridade - Compliance), Decreto Municipal n.º 360/2023 (Sanções Administrativas), regido pelas condições estabelecidas no presente **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A FIM DE PROMOVER ASSISTENCIA ADEQUADA AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

1.2. A licitação será dividida em 9 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos (horário de Brasília):

Início do acolhimento de Proposta:	dia 13/02/2025 – as 08h:00 min
Fim do acolhimento de Proposta e Início da Sessão de Disputa:	dia 25/02/2025 – as 10h:00 min

1.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública e serão utilizados recursos de tecnologia da informação, por meio de comunicação eletrônica via **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.1.1. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação de chave de identificação e senha pessoal e intransferível do representante credenciado pelo Provedor do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.3. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividades relacionadas ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 2.1.1 e mantê-los atualizados junto provedor, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**;

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta pela Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES, ou que tenha sido declarado inidôneo por qualquer ente da Administração Pública;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **Contratante** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do **Contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do **EDITAL**, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do **Contrato** agente público do órgão ou entidade **Contratante**, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.

2.6.11. O impedimento de que trata o item **2.6.10**, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **ITENS 2.6.4 e 2.6.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do **Contrato**, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.6.14. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.7. O disposto nos **ITENS 2.6.12 e 2.6.13** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item **2.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o [preço], até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, como requisito para participação no Pregão, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº. 14.133/2021, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta às exigências deste **EDITAL**.

3.3.1. A declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste **EDITAL** conforme Decreto nº 360/2023, bem como na Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. O envio das declarações por meio do sistema obriga a proponente a todos os efeitos legais, uma vez que a senha e a chave eletrônica são de uso exclusivo.

3.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Para a elaboração da proposta comercial a licitante deverá considerar os preços estabelecidos como máximos no **EDITAL**, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

3.8. Da proposta comercial no Sistema Compras.gov do Governo Federal:

3.8.1. A proposta comercial prevista no **EDITAL** deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, mediante a opção “Acesso ao Sistema”, na página inicial do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme datas e horários limites estabelecidos no subitem 1.3 deste **EDITAL**;

3.8.2. Será desclassificada a proposta que, após a sessão de disputa, possuir [valor unitário e/ou global superior] aos estabelecido com máximos no **ANEXO II** deste **EDITAL**;

3.8.3. A proposta e os lances formulados pelo licitante, através do sistema eletrônico deverá indicar o **[PREÇO DO [GRUPO/ITEM]]**, expresso em Real (R\$) com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, exceto para medicamento/material gráficos e combustível] que será aceito até 04 (quatro) casas decimais

3.9. No caso de propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e após observadas todas as exigências estabelecidas para o tratamento diferenciado das ME ou EPP's, para efeito de classificação, prevalecerá aquela que for recebida e registrada em primeiro lugar.

3.10. No caso da licitante figurar como arrematante de dois GRUPOS/ITENS simultaneamente de mesmo objeto, sendo um exclusivo e outro não exclusivo para ME-EPP, **o valor a ser considerado para contratação será o menor valor ofertado para o item.**

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ESCRITA

4.1. O arrematante deverá apresentar proposta escrita, redigida em idioma nacional, impressa em papel timbrado da licitante por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste **EDITAL**, assinada a última folha e rubricada as demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado:

4.1.1. O proponente deverá utilizar as informações constantes do modelo de proposta apresentado como **ANEXO II** a este **EDITAL**, sob pena de desclassificação.

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as especificações do produto ofertado, em conformidade com as informações do Termo de Referência.

4.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste **EDITAL**.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor [unitário] do [item].

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no **EDITAL**.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de [valor inferior] ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de [valores] entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir, ou solicitar ao agente de contratação a exclusão seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: aberto e fechado

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos (fase aberta), com lance final e fechado (fase fechada).

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. Empresas brasileiras;

5.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O Pregoeira convocará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhado dos documentos de habilitação, conforme disposto no **ANEXO IV** deste **EDITAL**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste **EDITAL** e já apresentados, **até as 18 horas do dia útil subsequente à convocação.**

5.20. É facultado ao Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a recebimento da Proposta Comercial adequada, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, expedida pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
- d) Cadastro de Fornecedores do Espírito Santo – CRC/ES (<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresPageList.jsp>);
- e) Cadastro de Fornecedores do Município de Vila Velha/ES – COPARC.

6.2. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de [MENOR PREÇO por [ITEM], conforme condições definidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/92.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! onte de referência não encontrada.** deste **EDITAL**.

6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste **EDITAL** e em seus **ANEXOS** (artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022).

6.8. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.9. Será desclassificada a proposta que:

- a) Não atender as disposições contidas no presente Ato Convocatório e seus **ANEXOS**;
- b) Apresentar vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) Apresentar irregularidade, omissão ou defeito que dificulte o seu julgamento;
- d) Contiver vícios insanáveis;
- e) Apresentar preços manifestamente inexequíveis nos termos da lei, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua exequibilidade através de documentação complementar, quando exigido pela Administração;
- f) Que possua [valor unitário e/ou global superior] aos estabelecidos como máximos no **ANEXO II** deste **EDITAL**, mesmo após a negociação.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.10.1. A inexequibilidade só será considerada após diligência do Pregoeira, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- c) Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- d) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o arrematante será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. O licitante arrematante deverá apresentar amostra(s) do(s) produto(s) ofertado(s), conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste **EDITAL**, o licitante será desclassificado.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo arrematante não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos

dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e arts. 73 a 79 do Decreto Municipal nº 307/2023, conforme disposto no **ANEXO IV**.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou COPARC.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, **Certificação Digital** ou por servidor da Diretoria de Compras Governamentais, devidamente identificado por nome e matrícula, à vista dos originais ou por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emissores, via "Internet", ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou **TERMO DECLARATÓRIO**, nos moldes do **ANEXO III** do **EDITAL**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.8. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados **por meio do sistema**, em formato digital, **até as 18 horas do dia útil subsequente**, a contar da convocação do Pregoeira.

7.9.1. A exigência dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao arrematante.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeira(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente **EDITAL**, observado o prazo disposto no subitem 7.8.1.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao **EDITAL** de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, devendo a manifestação de intenção recursal ser registrada por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 60 minutos, a contar da convocação do Pregoeira.

8.1.1. A Pregoeira comunicará previamente, via sistema, a data e horário para abertura do prazo de manifestação de intenção recursal.

8.2. A falta de manifestação imediata e/ou motivação recursal da licitante importará a decadência do direito de recurso.

8.3. Feita a manifestação motivada da intenção de recurso será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-los através dos e-mails fstoledo@vilavelha.es.gov.br e/ou beatrizguarize@vilavelha.es.gov.br e/ou via sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>, ou formalizar o pedido via processo administrativo junto ao Setor de Protocolo Geral, à Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica, Vila Velha/ES, CEP. 29.102-915, ou via Protocolo Eletrônico no site da PMVV, no endereço <https://processos.vilavelha.es.gov.br/portal/login.aspx>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa no âmbito da realização do certame, nos termos do Decreto Municipal n.º 360/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- II. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- V. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.1.1. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso I do item 9.1, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I. deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente ou Comissão de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no **EDITAL** de licitação.

9.1.2. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso II do item 9.1, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I. deixar de atender a convocações da Comissão de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II. deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pela Comissão de Contratação;
- III. abandonar o certame;
- IV. solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

9.1.3. Considera-se a conduta do inciso V do item 9.1 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Vila Velha, com exceção da conduta disposta no inciso IV do referido item.

9.1.4. Considera-se a conduta do inciso VI do item 9.1 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1 as seguintes sanções:

- I. multa;
- II. impedimento de licitar e contratar;
- III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.1. A sanção de multa será calculada no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do(s) grupo(s) que o licitante tenha concorrido, a ser fixado de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.2.2. A multa poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 9.1, isoladamente ou cumulativamente às demais penas previstas no item 9.2.

9.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, ou poderá ser descontada de eventuais créditos da infratora junto a Administração, ainda que oriundos de outros contratos.

9.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Vila Velha será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos II a VII do art. 5º, e terá como pena base os seguintes prazos de duração:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: 30 (trinta) dias;
- II. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: 45 (quarenta e cinco) dias;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: 120 (cento e vinte) dias.

9.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos VIII a XII do art. 5º, e terá como pena base os seguintes prazos de duração:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: 36 (trinta e seis) meses;
- II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: 48 (quarenta e oito) meses;
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: 48 (quarenta e oito) meses;
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: 48 (quarenta e oito) meses;
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: 48 (quarenta e oito) meses.

9.5. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público, para atuação no âmbito da respectiva competência.

9.6. Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município de Vila Velha/ES e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei n.º 14.133/2021.

9.7. Não será apurada a conduta pertinente à desclassificação ocorrida antes da fase de lances, salvo se houver indícios de má-fé.

9.8. Quando a ação ou omissão do licitante ou do adjudicatário ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais gravosa.

9.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste **EDITAL** será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

9.10. Detectada prática de conduta que, em tese, configure infração administrativa, a Comissão de Contratação informará a Autoridade Competente para que inicie procedimento de apuração em processo apartado, indicando os fatos que ensejam a apuração, o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração e a identificação do licitante.

9.11. As demais sanções referentes à execução contratual serão aquelas previstas na Minuta de Contrato – **ANEXO VII** deste **EDITAL**, assim como no Decreto Municipal n.º 360/2023.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este **EDITAL** por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através dos e-mails fstoledo@vilavelha.es.gov.br e/ou beatrizguarize@vilavelha.es.gov.br, ou formalizar o pedido via processo administrativo junto ao Setor de Protocolo Geral, à Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica, Vila Velha/ES, CEP. 29.102-915, ou via Protocolo Eletrônico no site da PMVV, no endereço <https://processos.vilavelha.es.gov.br/portal/login.aspx>.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1 Na execução do Contrato, assim como em suas relações com o MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES, a contratada se obriga a observar e dar cumprimento à legislação aplicável à proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Lei nº 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 146/2022), devendo abster-se da prática de atos que possam infringir tais regras.

11.2 REQUISITOS DE SEGURANÇA

11.2.1. Deverá ser celebrado **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES** entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES para garantir a segurança das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação, conforme modelo definido no **ANEXO X**.

11.2.2. Além do termo citado, a CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objetivo da contratação, **TERMO DE CIÊNCIA**, em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

11.3 DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES

11.1.1. A PMVV, por intermédio do Decreto Municipal nº 156, de 07/06/2022, instituiu a Política Antifraude e Anticorrupção, que traz um conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades, vedações e regras destinadas a prevenir a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, nas atividades conduzidas diretamente, por meio de concessão ou de parceria público-privada.

11.1.2. As empresas participantes de licitações deverão tomar conhecimento da Política de Integridade, Antifraude e Anticorrupção da PMVV, que poderá ser acessada em seu Portal de Transparência oficial por meio do endereço <https://transparencia.vilavelha.es.gov.br/transparenciaweb/CombateCorrupcao.aspx>.

11.1.3. Consta no **ANEXO IX** deste **EDITAL** o **TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DA PMVV**. Esse Termo contribui para materializar o compromisso das partes para o cumprimento do exposto na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

12.3. Todas as referências de tempo no **EDITAL**, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste **EDITAL** e de seus **ANEXOS** ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste **EDITAL**.

12.10. O **EDITAL** e seus **ANEXOS** estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> – plataforma de realização do certame, e www.vilavelha.es.gov.br/licitacoes.

12.11. Integram este **EDITAL**, para todos os fins e efeitos, os seguintes **ANEXOS**:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

Apêndice do **ANEXO I** – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO II – Modelo de CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – Modelo de TERMO DECLARATÓRIO;

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

ANEXO V – Modelo de DEMONSTRATIVO DE ÍNDICES CONTÁBEIS;

ANEXO VI - Modelo de TERMO DECLARATÓRIO DE ESTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA;

ANEXO VII – Minuta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO;

ANEXO IX – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES.

Vila Velha/ES, 10 de fevereiro de 2025.

Fabiana de Souza Toledo Sabino
Pregoeira Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

Termo de Referência e seus **Anexos** encontram-se no final do **Edital**, pois o peso dos dados impedia a inclusão deste arquivo nos sistemas.

ANEXO II
“MODELO” DE PROPOSTA COMERCIAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Diretoria de Compras Governamentais/Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Senhor(a) Pregoeira(a):

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º ____/____/____ - __, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____ (condição jurídica do representante), portador(a) da cédula de identidade n.º _____, vem por meio deste apresentar Proposta Comercial para a licitação acima referenciada, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A FIM DE PROMOVER ASSISTENCIA ADEQUADA AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**, nos termos abaixo discriminados.

ITEM 01

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	CAMPO FENESTRADO 0,80M X 0,80M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 80cm x 80cm, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		und	2.000	5,74	11.480,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 01					R\$11.480,00	

ITEM 02

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	CAMPO FENESTRADO 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único,		und	1.600	16,29	26.064,00

	tamanho aproximado 1,2m x 1,2m, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.					
VALOR ESTIMADO DO ITEM 02					R\$26.064,00	

ITEM 03

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	CAMPO SIMPLES 1M X 1M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1m x 1m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		und	200	7,44	1.488,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 03					R\$1.488,00	

ITEM 04

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	CAMPO SIMPLES 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,20m x 1,20m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau		und	2.000	10,59	21.180,00

	médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.					
VALOR ESTIMADO DO ITEM 04						R\$21.180,00

ITEM 05

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
5	TECIDO SMS PARA ESTERILIZAÇÃO 1,50M X 1,50M Folhas confeccionadas em não tecido SMS, 100% polipropileno, tamanho aproximado 1,50m x 1,50m com gramatura mínima de 50g/m², para esterilização em autoclave. Material descartável, atóxico e repelente a água, que promova barreira bacteriana.		und	500	6,21	3.105,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 05						R\$3.105,00

ITEM 06

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	BOBINA DE PAPEL TERMOSSENSÍVEL PARA IMPRESSÃO DE AUTOCLAVE 55MM X 22M Compatível com os modelos de autoclave disponíveis no CEMAS: OS Ortosintese, Autoclave Automática Horizontal - modelo: AC54 - série: 203311, Categoria: D - Patrimônio: 200962; e HMC: Autoclave Universal Ultra Fast, Modelo AC 365, N° de Serie 18F002603.		und	100	10,29	1.029,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 06						R\$1.029,00

ITEM 07

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
7	KIT CIRÚRGICO PARTO CESÁREA ESTÉRIL – DESCARTÁVEL Componentes do kit embalados em embalagem primária de papel grau cirúrgico e filme hospitalar, selados termicamente. Material tecido não tecido, gramatura mínima de 60g/m ² , garantindo maciez e resistência, com barreira de proteção hidrorrepelente. Estéril, uso único. Composto por no mínimo: 01 campo impermeável de mesa: dimensões aproximadas 1,30 x 2,20m; 01 campo cirúrgico fenestra com bolsa coletora: dimensões aproximadas 2m x 3,15m; 01 manta para bebê: dimensões aproximadas 1m x 1m.		und	100	71,22	7.122,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 07					R\$7.122,00	

ITEM 08

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
8	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 50X70 Bobina plástica transparente, tamanho 50cm x 70cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.		Bobina c/500	100	77,01	7.701,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 08					R\$7.701,00	

ITEM 09

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
9	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 35X45 Bobina plástica		Bobina c/500	100	44,20	4.420,00

	transparente, tamanho 35cm x 45cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.					
VALOR ESTIMADO DO ITEM 09						R\$4.420,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO: R\$ 83.589,00 (oitenta e três mil quinhentos e oitenta e nove reais)

Igualmente, declaramos que:

- a) Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas conforme estabelecido no **EDITAL** da licitação em referência, assim como compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, e nos comprometemos a apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- b) **Caso sejamos vencedores da licitação, executaremos os serviços de acordo com a planilha fornecida e pelos preços unitários propostos e aceitos pelo Município;**

As condições de pagamento são aquelas estabelecidas no ato convocatório do certame em epígrafe;

c) Esta proposta é válida por **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação;

d) Será responsável pela relação comercial de nossa empresa com o Município a pessoa do Senhor (a) _____ (condição jurídica do representante) _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF-MF nº _____. ____, com endereço _____, telefone (s) (xx) ____-____ e e-mail _____

Nome do Município /UF, ____ de _____ de 2024.

Identificação e assinatura do Responsável do Licitante

OBS.: Os valores constantes da planilha acima são os referenciais da Administração, perfazendo o máximo pagável por item/grupo, devendo o licitante ajustar os valores de acordo com sua proposta.

ANEXO III
TERMO DECLARATÓRIO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Secretaria Municipal de Administração / Diretoria de Compras Governamentais

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO n.º XXX/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____._____/_____-__, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____(condição jurídica do representante)_____, portador(a) da cédula de identidade n.º _____, DECLARA que conhece e aceita todos os parâmetros e elementos para a execução do objeto e em particular:

1. **DECLARA** que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do **EDITAL**, e que assumimos responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
2. **DECLARA** estar ciente de todas as informações, das condições locais, dos equipamentos mínimos e equipe mínima necessários para a execução do objeto do **EDITAL**;
3. **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possuímos em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
4. **DECLARA** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
5. **DECLARA** que não está impedida de contratar com a Administração Pública Municipal, direta e indireta, e não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
6. **DECLARA** que não existe superveniência de fato que impeça a sua habilitação/participação neste certame estando ciente da sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
7. **DECLARA** que não existe participação direta ou indireta de servidor público de entidades ou órgãos da Administração Municipal no fornecimento objeto do Pregão Eletrônico;
8. **DECLARA** que a proposta apresentada para participar da presente certame foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal n.º 12.846/2013;
9. **DECLARA** que NÃO se enquadra na condição de ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006.

OU

9. **DECLARA** que está devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou equiparada, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da referida Lei, não se enquadrando em nenhum dos impedimentos previstos no §4º do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que no ano-calendário de realização deste certame ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

Nome do Município /UF, ____ de _____ de 2024.

Identificação e assinatura do Responsável do Licitante

OBS.: A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no instrumento convocatório.

ANEXO IV

DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Além do disposto neste **EDITAL, para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 73 a 79 do Decreto Municipal nº 307, de 2023, a **licitante arrematante** deverá enviar os seguintes documentos:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2. Ato constitutivo, estatuto ou **Contrato** social em vigor, demais alterações ou a última alteração contratual desde que esteja consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, observado as exigências do novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.5. Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

1.6. Será desclassificada a empresa cujo objeto social não contemplar o objeto do presente certame.

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);

2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

2.3. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

2.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;

2.5. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;

2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.8. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2015, as microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

2.8.1.1. Para usufruir o direito de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 (art.42 a 45) e 147/2014 (art. 43, § 1º) a licitante deverá comprovar sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno

Porte, mediante a apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do seu domicílio ou Certidão Simplificada emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso. **Ainda, deverá apresentar Declaração que enquadra na condição de ME ou EPP, conforme modelo do ANEXO III deste EDITAL;**

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial/Extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica, e quando se tratar de Sociedade Simples apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 30 (trinta) dias de sua emissão, quando não for expresse sua validade.

3.1.1. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverão ser cumpridos, por meio da documentação apropriada, os seguintes requisitos, cumulativamente:

I) cumprimento de todos os demais requisitos de habilitação constantes neste **EDITAL**;

II) apresentação da sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

3.2. Deverá ser apresentado balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário, **já exigíveis e apresentados na forma da Lei (todas as peças Contábeis)**, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

3.2.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo sócio responsável da empresa e pelo responsável contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.2.2. Serão considerados aceitos como **na forma da Lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

3.2.2.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial; ou.

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou.

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou Órgão Equivalente.

3.2.2.2. Para Empresas com outros Enquadramentos:

a) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, **conforme a Lei**.

3.2.2.3. Sociedade criada no exercício em curso:

a) Balanço de Abertura e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, **conforme a Lei**.

3.2.2.4. As licitantes que sejam obrigadas a registrar suas demonstrações contábeis de forma eletrônica junto à Receita Federal (escrituração contábil digital – ECD), de acordo com as formalidades legais, tal documento é o exigível para fins de habilitação econômica financeira, devidamente certificado por contador registrado no Conselho de Contabilidade, com o recibo de entrega via SPED, além das notas explicativas, conforme a Lei, todas as peças contábeis.

3.3. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Solvência Geral (ISG) que deverão apresentar o valor mínimo igual ou maior que 1,0; resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = > \text{ou} = 1,0$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = > \text{ou} = 1,0$$

Passivo Circulante

Índice de Solvência Geral (ISG)

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > = 1,00$$

3.3.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, nos moldes do **ANEXO V** deste **EDITAL**, a ser firmada por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, acompanhada de seu número de registro no CRC. Caso o memorial não seja apresentado, a Gerência de Compras reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

3.3.1.1. Conforme art. 69, § 1º, da Lei 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no **EDITAL**, nos moldes do **ANEXO VI**.

3.3.2. Caso o licitante não atinja a boa situação financeira através dos índices demonstrados acima, deverá demonstrar sua capacidade econômico-financeira por meio da prova de possuir Capital Social e/ou Patrimônio Líquido equivalente ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

3.3.3. A comprovação do capital social será feito mediante verificação do Contrato Social apresentado, atualizado e registrado na Junta Comercial ou Órgão equivalente da Sede da licitante e Certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão equivalente admitida a atualização para a data da apresentação da proposta, na forma da lei, através de índices oficiais.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Para Qualificação Técnica deverá ser apresentada a seguinte documentação:

4.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por entidade(s) de direito público ou privado, comprovando a aptidão da empresa arrematante para o fornecimento do(s) produto(s) idêntico(s) ou similar(es) ou que se enquadrem no mesmo tipo de produto/área (produtos para saúde), de acordo com a ANVISA, conforme os objetos da licitação, devidamente assinado e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do fornecimento ou em cópia autenticada, compatível com o objeto desta licitação

4.1.2. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE ou AF) (nos itens que couber) da participante da licitação, concedida pelo Ministério da Saúde/ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal nº. 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98, em cópia reprográfica da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Autorização de Funcionamento.

4.1.3. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária (quando couber) da empresa participante da licitação, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal onde for sediada a empresa, com validade de acordo com legislação específica e tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98; Não serão aceitos protocolos de solicitação de Alvará de Licença Sanitária. Ou Licença de Funcionamento (nos itens que couber).

4.1.5. Certificado de Registro do Produto ou Isenção de Registro, quando couber, emitido pela ANVISA do Ministério da Saúde, em cópia reprográfica no D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Estando o registro em fase de renovação, a empresa licitante deverá apresentar cópia reprográfica do registro e da solicitação de sua revalidação junto à ANVISA, comprovando que a solicitação foi protocolada no prazo estipulado no Decreto Federal nº 8.077 de 14 de Agosto de 2013. Conforme Art. 8º, § 2º, deste Decreto Federal, a revalidação do registro do produto deverá ser requerida com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do registro. Atendido o disposto no § 2º, o registro será

considerado automaticamente revalidado, independentemente de decisão da ANVISA, se esta não houver sido proferida até a data do vencimento do registro.

4.1.5.1. No caso de produto isento de registro, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos "prints" da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente.

5. DAS DECLARAÇÕES

5.1. Termo Declaratório nos moldes do **ANEXO III, ANEXO V ANEXO VI, ANEXO VIII e ANEXO IX**, devidamente assinados.

5.2. Carta Proposta nos moldes do **ANEXO II** devidamente assinada

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a administração aceitará como válidos, no máximo, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e no Município de Vila Velha, 90 (noventa) e 30 (trinta) dias, respectivamente.

6.2. O Município se reserva o direito de proceder buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Administração, além de incorrer nas sanções previstas em lei.

6.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

6.4. Poderá ser inabilitada a licitante que não apresentar ou apresentar em desconformidade qualquer documento exigido no instrumento convocatório.

6.5. Salientamos que, conforme preconiza o art. 155, inc. VIII, da Lei 14.133/2021, o licitante será responsabilizado administrativamente caso apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

6.6. A luz do art. 70, inc. II, da Lei 14.133/2021, os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública (registro cadastral no SICAF e/ou COPARC), desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.6.1. Para emissão do registro cadastral de Fornecedor junto à Prefeitura de Vila Velha, promovido pela Comissão Permanente de Análise e Registro Cadastral de Fornecedores e Aplicação de Penalidades – COPARC, a empresa deverá solicitar seu cadastramento através do e-mail: cadastro.fornecedor@vilavelha.es.gov.br. Salientamos que a vigência do registro cadastral será de 12 (doze) meses, devendo as empresas se responsabilizarem por sua renovação. Tel.: 27 3149-7973.

6.7. A exigência dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante arrematante.

6.7.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeira.

ANEXO V
MEMORIAL DE CÁLCULO DOS ÍNDICES CONTÁBEIS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Secretaria Municipal de Administração

Diretoria de Compras Governamentais

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO n.º XXX/2024

Valores a serem transcritos do balanço patrimonial e inseridos nas fórmulas:

Valores a serem transcritos do balanço patrimonial e inseridos nas fórmulas:

AC = Ativo Circulante = R\$

RLP = Realizável a Longo Prazo = R\$

PC = Passivo Circulante = R\$

ELP = Exigível a Longo Prazo = R\$

AT = Ativo Total = R\$

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Atesto o atendimento da empresa _____ aos índices econômicos previstos no **EDITAL**.

Nome do Município /UF, ____ de _____ de 2024.

Identificação e assinatura do Responsável do Licitante

Identificação e assinatura do Profissional Responsável registrado no Conselho Regional de Contabilidade e número do Registro na CRC

ANEXO VI
TERMO DECLARATÓRIO DE ESTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Secretaria Municipal de Administração / Comissão Permanente de Pregão

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO n.º XXX/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____._____/_____-__, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____(condição jurídica do representante)_____, portador(a) da cédula de identidade n.º. _____, **DECLARA**, para os devidos fins, que atende aos índices econômicos previstos no **EDITAL** e que não sofre qualquer ação que comprometa sua estabilidade econômico-financeira.

Nome do Município /UF, ____ de _____ de 2024.

Identificação e assinatura do Responsável do Licitante

Identificação e assinatura do Profissional Responsável registrado no Conselho Regional de Contabilidade e número do Registro na CRC

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PROCESSO Nº 63226/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXXXX
CÓDIGO CIDADES: 24.076E0500001.02.0134

O **MUNICÍPIO DE VILA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Santa Leopoldina, nº 840, Itaparica – Vila Velha/ES, inscrito no CNPJ nº **XXXXXXXX**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições **ÓRGÃO GERENCIADOR e PARTICIPANTE**, neste ato representado por sua titular, o(a) Secretária(a) Municipal de SAÚDE, **Sr.XXX**, CPF nº **XXX**, doravante denominado **MUNICÍPIO** ou **ADMINISTRAÇÃO**, em razão da classificação obtida no **Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX**, com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº **xxxxx**, **RESOLVE** registrar preço(s) ofertado(s) por **xxxxxxxx**, CNPJ nº **xxxxxxxxxxxx**, com sede **xxx**, nº **xx**, Bairro **xxx**, CEP: **xxxx**, telefone: **xxx**, e-mail: **xxx**, representada neste ato pelo Sr. **xxxx**, CPF nº **xxxx** e RG nº **xxx**, mais adiante denominada **COMPROMITENTE**, nos termos das cláusulas abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES:

1.1. A presente ARP é integrada apenas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** identificado no preâmbulo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A FIM DE PROMOVER ASSISTENCIA ADEQUADA AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e demais disposições contidas no Termo de Referência, **ANEXO** ao **Edital de Licitação**, conforme descrito abaixo:

ITEM 01

Item	Descrição do Objeto	Marca/ Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	CAMPO FENESTRADO 0,80M X 0,80M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 80cm x 80cm, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		und	2.000		

VALOR ESTIMADO DO ITEM 01	R\$
----------------------------------	------------

ITEM 02

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
2	CAMPO FENESTRADO 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,2m x 1,2m, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		und	1.600		
VALOR ESTIMADO DO ITEM 02					R\$	

ITEM 03

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
3	CAMPO SIMPLES 1M X 1M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1m x 1m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		und	200		
VALOR ESTIMADO DO ITEM 03					R\$	

ITEM 04

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
4	CAMPO SIMPLES 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,20m x 1,20m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m². Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		und	2.000		
VALOR ESTIMADO DO ITEM 04					R\$	

ITEM 05

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
5	TECIDO SMS PARA ESTERILIZAÇÃO 1,50M X 1,50M Folhas confeccionadas em não tecido SMS, 100% polipropileno, tamanho aproximado 1,50m x 1,50m com gramatura mínima de 50g/m², para esterilização em autoclave. Material descartável, atóxico e repelente a água, que promova barreira bacteriana.		und	500		
VALOR ESTIMADO DO ITEM 05					R\$	

ITEM 06

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
6	BOBINA DE PAPEL TERMOSSENSÍVEL PARA IMPRESSÃO DE AUTOCLAVE 55MM X 22M Compatível com os modelos de autoclave disponíveis no CEMAS: OS Ortosintese, Autoclave Automática Horizontal - modelo:		und	100		

	AC54 - série: 203311, Categoria: D - Patrimônio: 200962; e HMC: Autoclave Universal Ultra Fast, Modelo AC 365, N° de Serie 18F002603.					
VALOR ESTIMADO DO ITEM 06					R\$	

ITEM 07

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
7	KIT CIRÚRGICO PARTO CESÁREA ESTÉRIL – DESCARTÁVEL Componentes do kit embalados em embalagem primária de papel grau cirúrgico e filme hospitalar, selados termicamente. Material tecido não tecido, gramatura mínima de 60g/m ² , garantindo maciez e resistência, com barreira de proteção hidrorrepelente. Estéril, uso único. Composto por no mínimo: 01 campo impermeável de mesa: dimensões aproximadas 1,30 x 2,20m; 01 campo cirúrgico janela com bolsa coletora: dimensões aproximadas 2m x 3,15m; 01 manta para bebê: dimensões aproximadas 1m x 1m.		und	100		
VALOR ESTIMADO DO ITEM 07					R\$	

ITEM 08

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
8	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 50X70 Bobina plástica transparente, tamanho 50cm x 70cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.		Bobina c/500	100		
VALOR ESTIMADO DO ITEM 08					R\$	

ITEM 09

Item	Descrição do Objeto	Marca/Modelo	Und.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
9	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 35X45 Bobina plástica transparente, tamanho 35cm x 45cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.		Bobina c/500	100		
VALOR ESTIMADO DO ITEM 09					R\$	

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ xxxxxxxx

2.2. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a dele se utilizar, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Diante da necessidade de utilização do objeto cujo preço aqui está registrado o Município expedirá a correspondente Autorização de Fornecimento, documento mediante o qual, exclusivamente, deverá o **COMPROMITENTE** promover a entrega do objeto, sem prejuízo de outros que por força legal devam acompanhá-lo.

2.4. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:

2.5. Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.

2.6. Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s).

CLÁUSULA TERCEIRA – CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

3.1. Conforme consta no **APÊNDICE**, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inc. VII, e § 5º, inc. VI, da **Lei 14.133/2021**.

3.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a **ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**

3.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

3.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

3.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. A presente ARP tem vigência de 12 (doze) MESES, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

4.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

4.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

4.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

CLÁUSULA QUINTA – CONTRATAÇÕES FUTURAS

5.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.

5.2. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.3. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

5.4. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação nº XXX/20XX e seus anexos.

CLÁUSULA SEXTA – VÍNCULOS DA ARP

6.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas.

CLÁUSULA SETIMA – ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE

7.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:

7.2. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.

7.2.1. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.

7.2.2. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.

7.3. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, através de e-mail institucional, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.4. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

7.4.1. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:

7.5. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 50% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;

7.5.1. Não exceder no total das adesões já realizadas a 200% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;

7.5.2. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80 mil, conforme jurisprudência do TCU.

7.5.3. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

7.5.4. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

7.5.4.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

7.5.4.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

7.6. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS corridos, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

7.7. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA OITAVA– ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP

8.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

8.1.1. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

8.1.2. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

8.1.3. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

8.1.4. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado;

8.1.5. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;

8.1.6. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;

8.1.7. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

- 8.1.8.** Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- 8.1.9.** Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
- 8.1.10.** Instruir os autos de gestão da presente ARP.

CLÁUSULA NONA – ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE

- 9.1.** Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:
- 9.2.** Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- 9.3.** Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
- 9.4.** Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- 9.5.** Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
- 9.6.** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 10.1.** O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:
- 10.1.1.** Retirar a respectiva nota de empenho ou autorização de compra, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da convocação;
- 10.1.2.** Indicar, no prazo máximo de 05 dias corridos, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
- 10.1.3.** Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique

o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

10.1.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 3.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

10.1.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

10.1.6. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

10.1.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

10.1.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

10.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.1.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

11.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município de Vila Velha.

11.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://transparencia.vilavelha.es.gov.br/>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.

12.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado.

12.2.1. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

12.2.2. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se híidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

12.2.3. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos nesta ARP.

12.2.4. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP

13.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Decreto 360/203, ou outro que vier a substituí-lo, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

13.2. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência presente registro de preços.

13.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ARP

14.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

14.1.1. Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas nesta ARP, Lei 14.133/2021 e no Decreto nº 307/2023, e alterações posteriores.

14.1.2. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

14.1.3. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

14.2. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

14.2.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

14.2.2. Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

14.2.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

- 14.2.4.** Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo Irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;
- 14.2.5.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- 14.3.** O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.
- 14.3.1.** Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.
- 14.4.** O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista no item 24.2 desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.
- 14.5.** A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.
- 14.5.1.** A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1.** Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto nº. 307/2023, e o regulamento interno do Sistema de Registro de Preços.
- 15.2.** Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente a Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, o Foro da Comarca de Vila velha.

Vila Velha/ES, ____ de _____ de 2023.

XXXXXXXXXXXX

Secretária Municipal de XXXX

XXXXXXXXXXXX

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

APÊNDICE DO ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO DE RESERVA

Cadastro de reserva referente ao presente registro de preços			
Item	Razão Social	Representante	Contato
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			
6º			
7º			
8º			
9º			
10º			
11º			
12º			
13º			
...			

ANEXO VIII

TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA Nº /2024

A empresa _____, com sede na cidade de _____, no Estado _____, situada à rua _____ nº _____, bairro _____, CEP _____-____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____/____-____, neste ato representada por seu representante legal _____ cargo, vem, por intermédio deste Termo, aderir voluntariamente à Política Antifraude e Anticorrupção da PMVV, COMPROMETENDO-SE a:

1. Difundir as vedações impostas pela Política Antifraude e Anticorrupção da PMVV a todos os funcionários da empresa.
2. Cumprir e exigir o cumprimento da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas pertinentes ao tema em todos os níveis, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública.
3. Denunciar à PMVV qualquer ação ou omissão que venha a ter conhecimento e que importem em descumprimento da Política Antifraude e Anticorrupção da PMVV, da legislação Anticorrupção vigente e aos demais normativos de combate à fraude e a atos de corrupção.
4. Declaro ter plena ciência de que o descumprimento do disposto neste Termo de Adesão ensejará, independentemente de culpa ou dolo, na rescisão motivada do contrato celebrado com a PMVV, bem como as demais medidas cabíveis nas esferas administrativas e criminais.

E, por compreender e aceitar sem reservas todo o exposto acima, assino o presente Termo para que produza todos os efeitos.

Vila Velha - ES, de de 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS: _____

Nome
CPF

Nome
CPF

ANEXO IX
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES

_____ (Razão Social), pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF sob o n.º _____/_____, estabelecida na cidade de _____, na _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, se compromete, por meio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações restritas de propriedade do MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES, neste ato representado pelo **Secretário(a) Municipal de SAÚDE**, em conformidade com as condições deste Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Município de Vila Velha, reveladas ao RESPONSÁVEL em razão da prestação de serviços/fornecimento à esta municipalidade, consoante Contrato Administrativo, celebrado em ____/____/2024, oriundo do Procedimento Licitatório nº xxx/2024
2. A expressão “*informação restrita*” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, documentos, documentações que compõem processos com informações confidenciais, valores e informações de natureza financeira, administrativa, contábil e jurídica, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fotografias, plantas, programas de computador, discos, fitas, contratos, planos, processos, projetos, dados pessoais, preços e custos, informações técnicas, entre outros, denominadas simplesmente **INFORMAÇÕES**.
3. O RESPONSÁVEL compromete-se a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do Município de Vila Velha, tratando-as confidencialmente sob qualquer condição.
4. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal da UG responsável pela contratação, signatário do Contrato Administrativo que dá origem a este Termo, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa do representante legal poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.
5. O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prestadores de serviços que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços mencionados no item 1, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.
6. O RESPONSÁVEL deverá destruir quaisquer arquivos que contenham **INFORMAÇÕES** do Município de Vila Velha, quando não mais for necessária a manutenção destas **INFORMAÇÕES**, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, cópias ou segundas vias.
7. O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente ao Município qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados e preposto.
8. O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.
9. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e o MUNICÍPIO, sendo irrevogáveis e irretratáveis, e abrangem as informações presentes e futuras.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o RESPONSÁVEL assina o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em 02 (duas) vias de igual teor.

Vila Velha, ____ de _____ de 2024.

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
Secretaria Municipal de Saúde
Coordenação de Atenção Especializada

TERMO DE REFERÊNCIA

Coordenação de Atenção Especializada

014/2024



Autenticar documento em <https://processos.vilavelha.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 31003800380037003100320039003A00540052004100, Documento assinado
digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

1 QUADRO RESUMO

1.1	Título e Objetivo Geral: Aquisição de material de consumo para a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de promover a manutenção dos nossos estoques para garantia de oferta contínua dos serviços prestados no Hospital Municipal de Cobilândia (HMC) e no Centro Municipal de Atenção Secundária (CEMAS), da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha - SEMSA
1.2	Delimitação do Objeto a ser licitado Material de consumo: campo fenestrado, campo simples, kit cirúrgico parto cesárea estéril, tecido sms para esterilização, bobina térmica para impressão de autoclave, bobinas de sacos plásticos transparentes picotados. Conforme Termo de Referência.
1.3	Modalidade de Licitação e Base Legal: Aquisição por Pregão Eletrônico de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, pelo Sistema de Registro de Preço.
1.4	Estimativa de custos global: A ser informado pela CPL após a Cotação de Preços.
1.5	Prazo estipulado de vigência contratual: 12 (doze) meses a partir do primeiro dia útil após a publicação da ata de registro de preços no diário oficial.
1.6	Informação orçamentária : Programa de trabalho: Informação posterior pelo FMS Natureza de despesa: Informação posterior pelo FMS Fonte: Informação posterior pelo FMS
1.7	Unidade administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização: Coordenação de Atenção Especializada (CAE)
1.8	Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência : Coordenação Atenção Especializada/SEMSA/PMVV Tarciana Martins de Brito e Silva – Gerente de Atenção Ambulatorial Especializada Jéssika Fialho Honório Schimainski – Coordenadora Geral Ambulatorial de Serviços Especializados Eduarda Cassa Reis - Enfermeira - Atenção Especializada E-mail: coord.especializada@vilavelha.es.gov.br
1.9	Versão e Data do Termo de Referência: Versão I – 25/09/2024 Versão II – 08/11/2024
1.10	Gestão: Jéssika Fialho Honório Schimainski – Coordenadora Geral Ambulatorial de Serviços Especializados Eduarda Cassa Reis - Enfermeira - Atenção Especializada
1.11	Fiscalização: Grazielle Cordeiro Figueiredo - Enfermeira - Almoxarifado Guidine Paula de Amita Coutinho - Enfermeira - Atenção Especializada



2 DO OBJETO

- 2.1** Aquisição de campo fenestrado, campo simples, kit cirúrgico parto cesárea estéril, tecido sms para esterilização, bobina térmica para impressão de autoclave, bobinas de sacos plásticos transparentes picotados. Tratam-se de material de consumo para a Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha, afim de manter a manutenção do estoque dos itens do CME do CEMAS e do HMC, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.
- 2.2** Aquisição por Pregão Eletrônico de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, pelo Sistema de Registro de Preço.

3 DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1** Para o pleno funcionamento Hospital Municipal de Cobilândia (HMC) e o Centro Municipal de Atenção Secundária (CEMAS) deve ser atendido o que dispõe a Resolução-RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, em destaque:

“Central de Material Esterilizado - Deve existir quando houver centros cirúrgico, obstétrico e/ou ambulatorial, hemodinâmica, emergência de alta complexidade e urgência.”

- 3.2** Consoante a supracitada resolução, assim como detalha a RDC 15, de 15/03/12, a Central de Material e Esterilização – CME é o local destinado à recepção, expurgo, limpeza, descontaminação, preparo, esterilização, guarda e distribuição dos materiais utilizados nas diversas unidades de um estabelecimento de saúde. Este serviço então funciona como uma unidade de apoio técnico visando fornecer condições para o direto atendimento e assistência à saúde de indivíduos enfermos e sadios.
- 3.3** O funcionamento da CME impacta diretamente na redução das taxas de mortalidades e infecções hospitalares. Conforme define a Portaria MS nº 2616 de 12 de maio de 1998, infecção hospitalar é “aquela adquirida após a admissão do paciente e que se manifeste durante a internação ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares”. Ela representa complicações relacionadas à assistência à saúde e constituem a principal causa de morbidade e mortalidade hospitalar, aumentando o tempo de internação dos pacientes e, com isso, elevam os custos dos hospitais e reduzem a rotatividade de seus leitos.
- 3.4** Considerando a importância da manutenção de padrões elevados de salubridade e segurança nos procedimentos cirúrgicos e/ou estéreis, a aquisição do objeto em tela torna-se imprescindível para garantir a qualidade e a efetividade dos cuidados prestados aos nossos usuários atendidos na Atenção Especializada e que necessitam de materiais estéreis padronizados.



- 3.5** A utilização do objeto em pauta é uma prática padrão e indispensável nas CMEs, garantindo condições ideais de higiene e segurança para pacientes e profissionais de saúde envolvidos. No âmbito dos serviços de saúde supracitados, onde são realizados diversos procedimentos, a manutenção de um ambiente estéril e livre de micro-organismos é crucial para a saúde e o bem-estar dos pacientes.
- 3.6** Em suma, o desprovisionamento desses materiais para o devido funcionamento da CME pode não apenas acarretar em atraso dos atendimentos ofertados pelos serviços, mas também pode incorrer em infecções que podem ser evitadas, sem mencionar no descumprimento das legislações e irregularidades.
- 3.7** Para que este serviço seja ofertado de forma satisfatória, se faz necessário que tenhamos estoque adequado de materiais de consumo para garantir as atividades da CME: esterilização, reesterilização, processamento de produtos para a saúde, guarda e distribuição dos materiais.
- 3.8** Diante do exposto, a aquisição dos materiais em pauta é imperativa para atender as legislações ora impostas, bem como garantir a redução de infecções exógenas, com a consequente melhor qualidade da assistência prestada ao paciente.
- 3.9** Logo, considerando o exposto acima e a importância da manutenção dos estoques e continuidade das atividades das CMEs e dada à proximidade do término de vigência da nossa ARP, faz-se necessárias a presente aquisição a fim de suprir as necessidades de materiais médico-hospitalares para manter o funcionamento dos serviços e a assistência a todos os munícipes da forma adequada.

4 DA JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DOS ARTS. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

- 4.1** Considerando o inciso III do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...) III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

- 4.2** Justifica-se com isso a não aplicação de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que:



- 4.3** O certame exclusivo às ME/EPP's importa em redução na fase de lances de preços, representando aquisições não vantajosas para o município, e, por conseguinte, não garantindo economicidade à municipalidade, o que resulta em claro prejuízo para o município;
- 4.4** Em se optando pela ampla concorrência, a possibilidade de disputa de preços entre os fornecedores será maior e, com isso, os valores, possivelmente, serão mais vantajosos à administração pública municipal.
- 4.5** Considerando os argumentos expostos, sugerimos Pregão Eletrônico com ampla concorrência.
- 4.6** Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 40, inciso V, alínea "b", bem como em seus parágrafos § 2º e § 3º da Lei n.º 14.133/2021, o qual estabelece como princípio, entre outros, o do parcelamento, "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".
- 4.7** Deste modo com fito de majorar a competitividade do certame assim como evitar a concentração de mercado e ainda com o intuito de garantir interesse do mercado sugerimos então **a não aglutinação dos itens em grupos** no presente certame.
- 4.8** Sugerimos a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), haja vista a conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. A opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo, o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.
- 4.9** Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do SRP em razão o poder público vai precisar fazer menos licitações para contratações recorrentes, eliminando a necessidade de fazer mais um processo licitatório. Isso está de acordo com o princípio da economicidade, que rege o universo das licitações, já que um processo licitatório é custoso e utilizar o SRP é uma forma de manter a transparência e economizar recursos ao mesmo tempo.



4.10 O SRP também aumenta a competitividade dos licitantes, já que um participante que fez uma oferta mais alta pode concordar em oferecer pelo mesmo preço do licitante vencedor. Outra motivação para utilização do SRP é a possibilidade de parcelamento das aquisições de forma a reduzir problemas com estoque e armazenagem de grandes quantidades.

5 DA JUSTIFICATIVA DE QUANTITATIVO E DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1 A estimativa da quantidade leva em consideração o levantamento de consumo realizado pelos coordenadores dos serviços e o SMARAPD.

5.2 Sugerimos também que seja somado ao quantitativo um índice de segurança técnica, IST 30%, para que caso haja necessidades futuras, ainda não sinalizadas e/ou acontecimentos excepcionais os quais podem sem este produto levar a prejuízos a população.

5.3 As exigências contidas na especificação técnica deste termo tem como objetivo único garantir que os objetos atendam aos requisitos mínimos necessários para o bom andamento dos serviços de saúde. Logo, estas exigências estão livres de quaisquer características que possam levar a direcionamentos ou favorecimentos, possibilitando a livre concorrências. Não há quaisquer ilegalidades neste instrumento, estando várias empresas fornecedoras aptas a participarem deste processo de compra.

5.4 As quantidades estimadas não implicam obrigatoriedade de contratação pela Administração durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para elaboração das propostas dos licitantes.

5.5 Os itens a serem adquiridos, seus quantitativos e as especificações técnicas estão relacionados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
1	CAMPO FENESTRADO 0,80M X 0,80M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 80cm x 80cm, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	2.000
2	CAMPO FENESTRADO 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,2m x 1,2m, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau	UND	1.600



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
	médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		
3	CAMPO SIMPLES 1M X 1M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1m x 1m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	200
4	CAMPO SIMPLES 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,20m x 1,20m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	2.000
5	TECIDO SMS PARA ESTERILIZAÇÃO 1,50M X 1,50M Folhas confeccionadas em não tecido SMS, 100% polipropileno, tamanho aproximado 1,50m x 1,50m com gramatura mínima de 50g/m ² , para esterilização em autoclave. Material descartável, atóxico e repelente a água, que promova barreira bacteriana.	UND	500
6	BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA IMPRESSÃO DE AUTOCLAVE 55MM X 22M Compatível com os modelos de autoclave disponíveis no CEMAS: OS Ortosintese, Autoclave Automática Horizontal - modelo: AC54 - série: 203311, Categoria: D - Patrimônio: 200962; e HMC: Autoclave Universal Ultra Fast, Modelo AC 365, N° de Serie 18F002603.	UND	100
7	KIT CIRÚRGICO PARTO CESÁREA ESTÉRIL – DESCARTÁVEL Componentes do kit embalados em embalagem primária de papel grau cirúrgico e filme hospitalar, selados termicamente. Material tecido não tecido, gramatura mínima de 60g/m ² , garantindo maciez e resistência, com barreira de proteção hidro-repelente. Estéril, uso único. Composto por no mínimo: 01 campo impermeável de mesa: dimensões aproximadas 1,30 x 2,20m; 01 campo cirúrgico janela com bolsa coletora: dimensões aproximadas 2m x 3,15m; 01 manta para bebê: dimensões aproximadas 1m x 1m.	UND	100
8	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 50X70 Bobina plástica transparente, tamanho 50cm x 70cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.	BOBINA C/ 500	100
9	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 35X45 Bobina plástica transparente, tamanho 35cm x 45cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.	BOBINA C/ 500	100



6 DA SOLICITAÇÃO E ANÁLISE DE AMOSTRA

- 6.1** Caso o produto ofertado ainda não tenha sido utilizado na SEMSA/PMVV ou o produto já tenha sido ofertado, porém rejeitado em outro processo de aquisição, será solicitada a apresentação de amostra.
- 6.2** As amostras deverão ser entregues na Coordenação de Atenção Especializada, Rua Castelo Branco, nº 1803, 3ª andar, sala 303, Centro, Vila Velha, ES, CEP: 29.100-041, no prazo máximo de **03 dias úteis** a contar da solicitação do Pregoeiro, em embalagens originais e lacradas.
- 6.3** Na análise da amostra, o produto ofertado é avaliado quanto à especificação/descrição exigida neste Termo de Referência, onde verifica-se se o produto corresponde fielmente à descrição apresentada na proposta comercial da empresa licitante.
- 6.4** As amostras serão analisadas pelo responsável técnico, autor do processo de aquisição, lotado nesta Coordenação, caso necessário, devido as diversas especificidades poderemos solicitar a outro profissional lotado na SEMSA que tenha capacidade para fazê-lo.
- 6.5** Da avaliação, será emitido o parecer do setor técnico, contendo o resultado de cada avaliação, bem como os critérios para aceitação ou não da amostra apresentada.
- 6.6** Em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações deste Termo de Referência, as amostras serão desclassificadas.
- 6.7** Os critérios de avaliação da Amostra são:
- 6.7.1** Amostra em embalagem original e lacrada;
 - 6.7.2** Conformidade da amostra com a descrição do item no Termo de Referência;
 - 6.7.3** Correspondência fiel da amostra à descrição apresentada na proposta comercial da empresa licitante;
- 6.8** As despesas/custos decorrentes da apresentação de amostras, correrão às expensas, exclusivamente, da licitante.

7 DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

- 7.1** Os bens tratados neste ETP são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do Art. 6º inciso XIII da Lei 14.133 de 2021, e o Art. 2º parágrafo 1º do Decreto Municipal Nº 94, de 03 de outubro de 2005.



8 DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

8.1 O critério de julgamento será o da proposta que apresentar o **MENOR PREÇO DO ITEM/GRUPO**.

9 DO VALOR ESTIMADO

9.1 O valor estimado deverá ter como referência ampla pesquisa de mercado de preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. O arrematante do lote será desclassificado caso o produto ofertado na proposta esteja acima dos valores estipulados pelo Banco de Preços e Banco de Preços em saúde NO EDITAL, sendo passível de denúncia junto aos órgãos fiscalizadores, conforme legislação vigente.

9.2 O PAGAMENTO da presente contratação será condicionado à demanda.

10 DA PROPOSTA

10.1 A proposta comercial deverá ser apresentada em planilha discriminada e estar de acordo com a especificação prevista neste Termo de Referência. Deverá conter:

- 10.1.1** Detalhamento do objeto, inclusive a marca;
- 10.1.2** Número de Registro da Anvisa, quando couber;
- 10.1.3** As quantidades;
- 10.1.4** Valores unitários e totais por item, em algarismo e por extenso;
- 10.1.5** Na composição dos preços já deverão estar considerados todos os custos, tais como tributos, fretes, transportes, seguros, recursos humanos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente nos preços para fornecimento e instalação do objeto deste Termo de Referência.

10.2 Catálogos e/ou Manuais de instruções, quando couber, apresentar cópias visíveis ou originais dos itens que permitam uma perfeita identificação do produto/equipamento ofertado, com objetivo de facilitar a análise e parecer técnico do Órgão Requisitante.

10.3 A LICITANTE arrematante deverá apresentar junto com a proposta comercial escrita os documentos relacionados no itens 11 e 12, **sob pena de desclassificação**.

11 DAS HABILITAÇÕES

11.1 As habilitações previstas no art 62, incisos I, III e IV da lei 14.133/2021 serão previstos e incluídos na minuta do edital.



12 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica emitidos(s) por entidade(s) direito público ou privado, comprovando a aptidão da empresa para o fornecimento de produto idêntico ou similar ao objeto da licitação.

12.2 Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE ou AF) (nos itens que couber) da participante da licitação, concedida pelo Ministério da Saúde/**ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal nº. 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98, em cópia reprográfica da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. **Não serão aceitos protocolos de solicitação** de Autorização de Funcionamento.

12.3 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária (quando couber) da empresa participante da licitação, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal onde for sediada a empresa, com validade de acordo com legislação específica e tal como exigido pela **Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98**; Não serão aceitos protocolos de solicitação de Alvará de Licença Sanitária. **Ou Licença de Funcionamento (nos itens que couber).**

12.4 Certificado de Registro do Produto ou Isenção de Registro, quando couber, emitido pela ANVISA do Ministério da Saúde, em cópia reprográfica no D.O.U. Para esta comprovação também serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Estando o registro em fase de renovação, a empresa licitante deverá apresentar cópia reprográfica do registro e da solicitação de sua revalidação junto à ANVISA, comprovando que a solicitação foi protocolada no prazo estipulado no Decreto Federal nº 8.077 de 14 de Agosto de 2013. Conforme Art. 8º, § 2º, deste Decreto Federal, a revalidação do registro do produto deverá ser requerida com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do registro. Atendido o disposto no § 2º, o registro será considerado automaticamente revalidado, independentemente de decisão da ANVISA, se esta não houver sido proferida até a data do vencimento do registro.

12.4.1 No caso de **produto isento de registro**, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devidamente **válido** na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente.



13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- 13.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as descrições contidas neste Termo de Referência e os termos de sua proposta.
- 13.1.2** Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.
- 13.1.3** Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.
- 13.1.4** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao município.
- 13.1.5** Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.
- 13.1.6** Receber e fiscalizar os equipamentos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.
- 13.1.7** Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.
- 13.1.8** Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

13.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 São obrigações da CONTRATADA:

- 14.1.1** Entregar os itens comprados no local solicitado, dentro do prazo de validade, em perfeito estado de conservação, sem alterações nas embalagens e/ou conteúdo, cumprir com a garantia;
- 14.1.2** Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades;
- 14.1.3** Responsabilizar-se pelo transporte, zelo pela conservação do material oferecido e pelas despesas oriundas dos materiais até o local de entrega;
- 14.1.4** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata;
- 14.1.5** Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o município;
- 14.1.6** Efetuar a troca dos itens cujas embalagens não estejam íntegras ou que apresentem alguma alteração nas suas características após a abertura das mesmas, em prazo imediato, contadas a



partir da notificação dos gestores e fiscais. Esta substituição deverá ser do produto ou do lote inteiro que apresentar alterações;

- 14.1.7** Entregar os produtos obedecendo rigorosamente à legislação vigente inerente ao objeto;
- 14.1.8** Toda empresa quando da entrega dos materiais deve obrigatoriamente informar na Nota Fiscal o número da Autorização de Fornecimento/Empenho, do processo de origem, do pregão, prazo de validade/garantia dos materiais e número do lote de fabricação;
- 14.1.9** Comunicar, imediatamente e por escrito, à CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer impedimento ao andamento dos serviços;
- 14.1.10** As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Fornecimento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto;
- 14.1.11** Os preços dos itens deverão incluir todos os impostos, taxas, emolumentos, transportes, montagem, instalação etc.;
- 14.1.12** A contratada no ato do pagamento deverá comprovar sua regularidade fiscal;
- 14.1.13** Garantir a qualidade dos produtos a serem fornecidos, devendo, ainda, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda os requisitos contratados, providenciando, também, o produto que no momento possa estar em falta em seu estabelecimento, sob pena das sanções cabíveis;

14.2 As empresas que realizarem transações comerciais com órgãos públicos da administração direta e indireta devem emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em substituição aos tradicionais modelos de documentos fiscais 1 ou 1A, conforme cláusula 2ª, I do Protocolo ICMS 42/09.: “Cláusula segunda Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;”

15 DOS PRAZOS DE ENTREGA, DA VALIDADE E/OU VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1 DO PRAZO DE ENTREGA

- 15.1.1** A entrega dos produtos deverá ser feita no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF, com despesas de transporte assumidas pelo licitante, no endereço e horários listado abaixo.



15.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, logo após o recebimento da AF para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

15.2 DO LOCAL DE ENTREGA

15.2.1 Almoxarifado da Saúde - Rodovia Darly Santos, km 2,5, Bairro Guaranhuns, Vila Velha/ES. CEP:29.103-000. Tel.: (27) 3139-9024. Ponto de referência: atrás do posto de gasolina Marcella, em frente ao SESI, na antiga fábrica Piraquê, **de segunda a sexta-feira, no horário de 7h às 12h e 13h às 15h.**

15.3 DO PRAZO DE VALIDADE:

15.3.1 Todos os materiais deverão ter prazo mínimo de 75% da validade total, ou seja, se a validade total de um material for de 6 meses, só podemos receber/aceitar a mercadoria com 4,5 meses de vida útil (validade) a partir da data da entrega.

15.4 DA VIGÊNCIA DA ARP:

15.4.1 A vigência é de 01 (um) ano, contando do dia posterior à data de publicação no DIO/VV, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme art. 84 da lei 14.133/2021.

16 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1 Os produtos devem ser entregues no Almoxarifado, na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do material recebido deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de material entregue.

16.2 Os produtos serão recebidos:

16.2.1 **Provisoriamente**, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.



16.2.1.1 Durante o recebimento provisório, o almoxarifado poderá exigir a substituição de qualquer do(s) material (is) que não esteja(m) de acordo com a(s) especificação (ões) deste Termo.

16.2.2 **Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, e sua conseqüentemente aceitação, que se dará **até 05 (cinco) dias corridos** contados do recebimento provisório, por Comissão/ Servidor designado pela Autoridade competente.

16.3 Em caso de não conformidade, a Comissão/ Servidor designado devolverá Nota Fiscal / Materiais, para as devidas correções.

16.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16.5 A Autorização de Fornecimento terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, da Lei 14.133/2021.

17 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento do objeto será efetuado por fechamento de mês até 30 (trinta) dias consecutivos após o termino do mês de referenciado objeto contratado e apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), devidamente atestada(s) pelo órgão requisitante e/ou servidor (es) designados(s) para efetuar o recebimento do objeto em cada serviço de saúde.

17.2 Os pagamentos ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade conjunta, referente aos Tributos Federais e à Dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, de onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal do Município de Vila Velha, devidamente válida;
- e) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

17.3 Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).



- 17.4** Como se trata de entrega em parcelas, a fatura deverá ser apresentada no local de entrega descrito no subitem 'Do local de entrega' deste Termo de Referência, após a entrega de cada item adquirido, juntamente com os comprovantes descritos no subitem anterior.
- 17.5** Não serão pagos o(s) material(is) entregue(s) em locais diferentes do mencionado neste Termo de Referência ou a pessoas não autorizadas.
- 17.6** O pagamento será devido apenas aos produtos efetivamente fornecidos pela CONTRATADA, conforme demanda da CONTRATANTE.
- 17.7** A não solicitação do total de serviços previstos durante a vigência do contrato não gerará quaisquer direitos à CONTRATADA.
- 17.8** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no subitem 17.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 17.9** Para emissão da nota fiscal deverão ser considerados os seguintes dados do tomador: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Castelo Branco, 1803, Centro, Vila Velha, CEP: 29.100-041, CNPJ 12.157.728/0001-00.**

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1** Deverá ser especificada posteriormente na minuta do contrato.

19 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1** Deverá ser informada posteriormente pelo Fundo Municipal de Saúde/SEMSA/PMVV.

20 DA SUBCONTRATAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

- 20.1** É vedada a subcontratação dos objetos deste Termo de Referência.
- 20.2** A participação de consórcios não será admitida. Tratando-se de serviço que se baseia em padrões de desempenho e qualidade comuns de mercado, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los, caracterizando-se, como "serviço comum", que não configurará restrição da competitividade.

21 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 21.1** Este Termo de Referência deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema não serão aceitas alegações de desconhecimento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
Secretaria Municipal de Saúde
Coordenação de Atenção Especializada

- 21.2** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.3** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.
- 21.4** O fornecimento dos materiais obedecerá às especificações contidas neste Termo de Referência, sendo os casos omissos resolvidos pela Prefeitura Municipal de Vila Velha.
- 21.5** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do Artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.6** Deverá ser parte do contrato este termo e seus anexos.

22 ASSINATURAS E APROVAÇÕES

22.1 Elaborado por:

Eduarda Cassa Reis

Enfermeira da Atenção Especializada
Matrícula: 15474

Jéssika Fialho Honório Schimainski

Coordenadora de Atenção Ambulatorial Especializada
Matrícula: 10004195

Tarciana Martins de Brito e Silva

Gerente de Atenção Ambulatorial Especializada
Matrícula: 10000325

22.2 Aprovo e autorizo a autuação e tramitação deste processo:

Alessandra Barcelos

Subsecretária da Atenção Especializada
Matrícula: 10002682

Cátia Cristina Vieira Lisboa

Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 10002563



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://processos.vilavelha.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 31003800380037003100320039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **EDUARDA CASSA REIS** em **08/11/2024 10:33**

Checksum: **FAC737F7FC0D78DDCE3FDA2160A3EF5BAB928153082D14D10F22ACB7835727AB**

Assinado eletronicamente por **TARCIANA MARTINS DE BRITO E SILVA** em **08/11/2024 11:53**

Checksum: **19AEE7CCE4600ED0182A75FBE5EE574589016F7A9D2A7250E043540E00E50203**

Assinado eletronicamente por **Jessika Fialho Honorio Schimainski** em **08/11/2024 12:42**

Checksum: **0DC7F3689F89174E5E598C82F2D196AE2F9D00441CC5D1AB2A80F783D3DB9FA7**

Assinado eletronicamente por **ALESSANDRA BARCELOS** em **08/11/2024 13:53**

Checksum: **F1CE60D720192220F1CA05C4B7A518A67345C2AD7380187D312828DA9033FABD**

Assinado eletronicamente por **CÁTIA CRISTINA VIEIRA LISBOA** em **12/11/2024 12:00**

Checksum: **DEC3707BBC94EA4FDF71672D1717D97DC2C31E828B419DC65774B7930ACB6C92**



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO Nº: 63.226/ 2024

ÁREA REQUISITANTE: Atenção Especializada/SEMSA

OBJETO PRETENDIDO: Aquisição de campo fenestrado, campo simples, kit cirúrgico parto cesárea estéril, tecido SMS para esterilização, bobina térmica para impressão de autoclave, bobinas de sacos plásticos transparentes picotados para manutenção do estoque dos itens do CME do CEMAS e do HMC da Secretaria Municipal de Vila Velha.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Os bens tratados neste ETP são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do Art. 6º inciso XIII da Lei 14.133 de 2021, e o Art. 2º parágrafo 1º do Decreto Municipal Nº 94, de 03 de outubro de 2005.

“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.”

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição dos materiais de consumos padronizados é necessária para mantermos a manutenção dos nossos estoques para garantia de oferta contínua, bem como em quantitativo ideal frente as necessidades das Centrais de Materiais Esterilizados – CME do Hospital Municipal de Cobilândia (HMC) e o Centro Municipal de Atenção Secundária (CEMAS).

O funcionamento da CME impacta diretamente na redução das taxas de mortalidades e infecções hospitalares, e para o devido funcionamento deste setor é necessário que seja atendido o que dispõe a Resolução-RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

Considerando a importância da manutenção de padrões elevados de salubridade e segurança nos procedimentos cirúrgicos e/ou estéreis, as aquisições dos objetos em tela tornam-se imprescindíveis para garantir a qualidade e a efetividade dos cuidados prestados aos nossos usuários atendidos na Atenção Especializada e que necessitam de materiais estéreis padronizados.

2.1 Quantitativos disponíveis nos serviços

Atualmente não há estoques do produto nos serviços, apenas o quantitativo suficiente para uso imediato.



2.2 Estoque no Almoxarifado

No momento possuímos estoque em almoxarifado de:

- 2.19.02.2468-8 - **CAMPO FENESTRADO 0,80M X 0,80M - DESCARTÁVEL: 952**
- 2.19.02.2469-6 - **CAMPO FENESTRADO 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL: 846**
- 2.19.02.2470-0- **CAMPO SIMPLES 1M X 1M - DESCARTÁVEL: 1485**
- 2.19.02.2471-8 - **CAMPO SIMPLES 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL: 2690**
- 2.19.02.2472-6 - **TECIDO SMS PARA ESTERILIZAÇÃO 1,50M X 1,50M: 2150**
- 2.19.02.2473-4 - **BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA IMPRESSÃO DE AUTOCLAVE 55 MM X 22M: 32**
- 2.19.02.2474-2 - **KIT CIRÚRGICO PARTO CESÁREA ESTÉRIL – DESCARTÁVEL: 98**
- 2.19.02.2476-9 - **SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 50X70: 20**
- 2.19.02.2477-7 - **SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 35X45: 23**

2.3 Ata de Registro de Preço vigente

ARP com vigência até 21/11/2024.

2.4 Consulta às demais Unidades Gestoras Municipais e demais setores da SEMSA

Consulta aos diversos setores da SEMSA quanto ao interesse e necessidade de coparticipação na aquisição no dia 14/08/2024 por meio dos endereços eletrônicos Aquisições e Contratações PMVV compraspmvv@vilavelha.es.gov.br e dos coordenadores e gerentes setoriais da SEMSA os quais não manifestaram interesse em participação.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Atualmente o Plano de Contratação Anual (PAC) está em construção desta forma a aquisição/contratação de que trata este estudo foi previamente aprovada pela autoridade competente em consonância com as ações já pactuados no planejamento municipal está contratação encontra-se no plano plurianual 2022-2025:

- DIRETRIZ 2 - Modernizar e inovar a gestão do SUS municipal, com foco em resultados para a sociedade
 - Objetivo 4: Aumentar a capacidade de gestão do SUS municipal por meio do práticas de planejamento, gerenciamento de recursos financeiros e materiais, informação e informatização;
 - Meta: Garantir qualidade, agilidade e eficiência nos processos de compras e contratações; Ações de enfrentamento (Grandes Ações):
 - Instrução processual;



- Interface com sistema de gestão de estoques e consumo do almoxarifado;
- Capacitação de servidores.

Justificando esforços para aquisição/contratação permitindo assim a manutenção dos materiais padronizados e consequentemente a oferta de serviços especializados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado trata-se de aquisição de material de consumo, qual seja, itens essenciais e específicos para garantirem a oferta adequada **das CME's - SEMSA/VV** da Secretaria Municipal de Vila Velha, conforme se depreende na justificativa acima mencionada.

Assim, para que a presente aquisição seja adquirida, existem requisitos mínimos, tais como:

- a) Ser confeccionado em material apropriado e de qualidade;
- b) Possuir registro na ANVISA;
- c) Ser ofertado conforme descritivo definido no Termo de Referência.

4.1 Quanto a elaboração da especificação e a pesquisa do código dos itens (SMARAPD):

Quanto a especificações dos objetos pretendidos e conforme análise dos códigos sugerimos as seguintes:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
2.19.02.2468-8	CAMPO FENESTRADO 0,80M X 0,80M - DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 80cm x 80cm, com fenestra redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.
2.19.02.2469-6	CAMPO FENESTRADO 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,2m x 1,2m, com fenestra redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.
2.19.02.2470-0	CAMPO SIMPLES 1M X 1M - DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1m x 1m, sem fenestra, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m2. Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.
2.19.02.2471-8	CAMPO SIMPLES 1,20M X 1,20M - DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,20m x 1,20m, sem fenestra, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde



CÓDIGO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
	e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.
2.19.02.2472-6	TECIDO SMS PARA ESTERILIZAÇÃO 1,50M X 1,50M Folhas confeccionadas em não tecido SMS, 100% polipropileno, tamanho aproximado 1,50m x 1,50m com gramatura mínima de 50g/m ² , para esterilização em autoclave. Material descartável, atóxico e repelente a água, que promova barreira bacteriana.
2.19.02.2473-4	BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA IMPRESSÃO DE AUTOCLAVE 55MM X 22M Compatível com os modelos de autoclave disponíveis no CEMAS: OS Ortosíntese, Autoclave Automática Horizontal - modelo: AC54 - série: 203311, Categoria: D - Patrimônio: 200962; e HMC: Autoclave Universal Ultra Fast, Modelo AC 365, N° de Serie 18F002603.
2.19.02.2474-2	KIT CIRÚRGICO PARTO CESÁREA ESTÉRIL - DESCARTÁVEL Componentes do kit embalados em embalagem primária de papel grau cirúrgico e filme hospitalar, selados termicamente. Material tecido não tecido, gramatura mínima de 60g/m ² , garantindo maciez e resistência, com barreira de proteção hidro-repelente. Estéril, uso único. Composto por no mínimo: 01 campo impermeável de mesa: dimensões aproximadas 1,30 x 2,20m; 01 campo cirúrgico fenestra com bolsa coletora: dimensões aproximadas 2m x 3,15m; 01 manta para bebê: dimensões aproximadas 1m x 1m.
2.19.02.2476-9	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 50X70 Bobina plástica transparente, tamanho 70cm x 70cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.
2.19.02.2477-7	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 35X45 Bobina plástica transparente, tamanho 35cm x 45cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Por se tratar de material de consumo de uso padronizado e diante do exposto percebemos como a única alternativa de solução a aquisição deste objeto, logo, não cabe o estudo comparativo de preços entre alternativas para definição de viabilidade dentre alternativas.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Sendo a aquisição de novos produtos estéreis e descartáveis a única forma de resolução do problema, vez que, trata-se de material de consumo de uso já padronizado em nossos serviços e que será utilizado diariamente para o cumprimento das atividades da CME.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa da quantidade leva em consideração o quantitativo os levantamentos de consumo realizados pelos coordenadores dos serviços.



Acrescentamos também ao quantitativo um índice de segurança técnica, IST 30%, para que caso haja necessidades futuras, ainda não sinalizadas e/ou acontecimentos excepcionais os quais podem sem este produto levar a prejuízos à população.

Sendo sugerida a seguinte quantidade ANUAL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
01	CAMPO FENESTRADO 0,80M X 0,80M - DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 80cm x 80cm, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	2.000
02	CAMPO FENESTRADO 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,2m x 1,2m, com janela redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	1.600
03	CAMPO SIMPLES 1M X 1M - DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1m x 1m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	200
04	CAMPO SIMPLES 1,20M X 1,20M - DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,20m x 1,20m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	2.000
05	TECIDO SMS PARA ESTERILIZAÇÃO 1,50M X 1,50M Folhas confeccionadas em não tecido SMS, 100% polipropileno, tamanho aproximado 1,50m x 1,50m com gramatura mínima de 50g/m ² , para esterilização em autoclave. Material descartável, atóxico e repelente a água, que promova barreira bacteriana.	UND	500
06	BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA IMPRESSÃO DE AUTOCLAVE 55MM X 22M Compatível com os modelos de autoclave disponíveis no CEMAS: OS Ortosintese, Autoclave Automática Horizontal - modelo: AC54	UND	100



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL
	- série: 203311, Categoria: D - Patrimônio: 200962; e HMC: Autoclave Universal Ultra Fast, Modelo AC 365, N° de Serie 18F002603.		
07	KIT CIRÚRGICO PARTO CESÁREA ESTÉRIL – DESCARTÁVEL Componentes do kit embalados em embalagem primária de papel grau cirúrgico e filme hospitalar, selados termicamente. Material tecido não tecido, gramatura mínima de 60g/m ² , garantindo maciez e resistência, com barreira de proteção hidro-repelente. Estéril, uso único. Composto por no mínimo: 01 campo impermeável de mesa: dimensões aproximadas 1,30 x 2,20m; 01 campo cirúrgico fenestra com bolsa coletora: dimensões aproximadas 2m x 3,15m; 01 manta para bebê: dimensões aproximadas 1m x 1m.	UND	100
08	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 50X70 Bobina plástica transparente, tamanho 70cm x 70cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.	BOBINA	100
09	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 35X45 Bobina plástica transparente, tamanho 35cm x 45cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.	BOBINA	100

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Quanto ao histórico de compras, nossa última aquisição ARP 319/2023 e ARP 320/2023 foi no valor unitário conforme tabela abaixo, estimando um total de R\$ 53.128,00

Para o quantitativo em tela.

CÓDIGO SMARAPD	DESCRIÇÃO	UND	PREÇO UNITÁRIO
2.19.02.2468-8	CAMPO FENESTRADO 0,80M X 0,80M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 80cm x 80cm, com fenestra redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	R\$ 3,35
2.19.02.2469-6	CAMPO FENESTRADO 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,2m x 1,2m, com fenestra redonda entre 5 e 10 cm, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	R\$ 7,02
2.19.02.2470-0	CAMPO SIMPLES 1M X 1M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1m x 1m, sem fenestra,	UND	R\$ 4,32



CÓDIGO SMARAPD	DESCRIÇÃO	UND	PREÇO UNITÁRIO
	confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 40g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.		
2.19.02.2471-8	CAMPO SIMPLES 1,20M X 1,20M – DESCARTÁVEL Campo cirúrgico, estéril, uso único, tamanho aproximado 1,20m x 1,20m, sem janela, confeccionado em não tecido SSMMS 100% polipropileno grau médio, não prejudicial à saúde e hipoalergênico, repelente a líquidos, com dobra cirúrgica, gramatura mínima de 50g/m ² . Embalado em envelope grau cirúrgico individualmente. Atender a NBR ABNT nº 16064.	UND	R\$ 3,44
2.19.02.2472-6	TECIDO SMS PARA ESTERILIZAÇÃO 1,50M X 1,50M Folhas confeccionadas em não tecido SMS, 100% polipropileno, tamanho aproximado 1,50m x 1,50m com gramatura mínima de 50g/m ² , para esterilização em autoclave. Material descartável, atóxico e repelente a água, que promova barreira bacteriana.	UND	R\$ 4,99
2.19.02.2473-4	BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA IMPRESSÃO DE AUTOCLAVE 55MM X 22M Compatível com os modelos de autoclave disponíveis no CEMAS: OS Ortosintese, Autoclave Automática Horizontal - modelo: AC54 - série: 203311, Categoria: D - Patrimônio: 200962; e HMC: Autoclave Universal Ultra Fast, Modelo AC 365, N° de Serie 18F002603.	UND	R\$ 8,20
2.19.02.2474-2	KIT CIRÚRGICO PARTO CESÁREA ESTÉRIL - DESCARTÁVEL Componentes do kit embalados em embalagem primária de papel grau cirúrgico e filme hospitalar, selados termicamente. Material tecido não tecido, gramatura mínima de 60g/m ² , garantindo maciez e resistência, com barreira de proteção hidro-repelente. Estéril, uso único. Composto por no mínimo: 01 campo impermeável de mesa: dimensões aproximadas 1,30 x 2,20m; 01 campo cirúrgico janela com bolsa coletora: dimensões aproximadas 2m x 3,15m; 01 manta para bebê: dimensões aproximadas 1m x 1m.	UND	R\$ 50,73
2.19.02.2476-9	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 50X70 Bobina plástica transparente, tamanho 70cm x 70cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.	BOBINA	R\$ 113,43
2.19.02.2477-7	SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES PICOTADOS 35X45 Bobina plástica transparente, tamanho 35cm x 45cm, com aproximadamente 500 unidades. Material atóxico.	BOBINA	R\$ 77,21

O orçamento final de valor, baseada em cotações atuais será realizada posteriormente pelo setor competente desta Secretaria, a saber, Cotação/SEMSA.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (QUANTO A DIVISÃO)



Considerando o inciso III do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

*“Art. 49. **Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:***

(...) III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

Justifica-se com isso a não aplicação de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que:

O certame exclusivo às ME/EPP's importa em redução na fase de lances de preços, representando aquisições não vantajosas para o município, e, por conseguinte, não garantindo economicidade à municipalidade, o que resulta em claro prejuízo para o município;

Em se optando pela ampla concorrência, a possibilidade de disputa de preços entre os fornecedores será maior e, com isso, os valores, possivelmente, serão mais vantajosos à administração pública municipal.

Considerando os argumentos expostos, sugerimos Pregão Eletrônico com ampla concorrência.

Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 40, inciso V, alínea "b", bem como em seus parágrafos § 2º e § 3º da Lei n.º 14.133/2021, o qual estabelece como princípio, entre outros, o do parcelamento, "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".

Deste modo com fito de majorar a competitividade do certame assim como evitar a concentração de mercado e ainda com o intuito de garantir interesse do mercado sugerimos então **a não aglutinação dos itens em lotes** no presente certame.

Sugerimos a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), haja vista a conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. A opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo, o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do SRP em razão o poder público vai precisar fazer menos licitações para contratações recorrentes, eliminando a necessidade de fazer mais um processo licitatório. Isso está de acordo com o princípio da economicidade, que rege o universo das



licitações, já que um processo licitatório é custoso e utilizar o SRP é uma forma de manter a transparência e economizar recursos ao mesmo tempo.

O SRP também aumenta a competitividade dos licitantes, já que um participante que fez uma oferta mais alta pode concordar em oferecer pelo mesmo preço do licitante vencedor. Outra motivação para utilização do SRP é a possibilidade de parcelamento das aquisições de forma a reduzir problemas com estoque e armazenagem de grandes quantidades.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

O resultado pretendido será alcançado através do pleno desenvolvimento das atividades destinadas às CME's, de forma a proporcionar materiais estéreis e descartáveis garantindo maior segurança e qualidade aos procedimentos realizados. Concluindo assim com êxito. Cumprindo o devido processamento de esterilização, limpeza e desinfecção dos materiais médicos hospitalares.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

As providências a serem adotadas previamente são:

- 12.1 Capacitação de servidores para fiscalização e gestão:** Não será necessária capacitação.
- 12.2 Necessidade de promover transição contratual:** Não se aplica – aquisição por ARP.
- 12.3 Adequação do ambiente:** Aquisição de material de consumo sem necessidade de adequação do ambiente
- 12.4 Análise do ambiente e Instalação:** Aquisição de material de consumo sem necessidade de adequação do ambiente – material de consumo de uso padronizado
- 12.5 Treinamento da equipe para utilização do objeto:** Aquisição de material de consumo de uso já padronizado. – Material de consumo de uso padronizado

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1 Tramitação virtual: Como medida sustentável todas as fases do processo desde a fase interna até a gestão e fiscalização contratual é realizada eletronicamente.

13.2 As práticas de sustentabilidade devem ser observadas pela contratada:

- a) Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:



- I. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
- II. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

13.3 Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: Todo o manejo dos resíduos deve seguir as normas vigentes bem como os fluxos padronizados.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Conclui-se sobre a viabilidade e razoabilidade da contratualização em tela, por serem itens padronizados, essenciais para a assistência ofertada Secretaria Municipal de Saúde dentro da política de saúde. Resultando no cumprimento do Planejamento Municipal e qualificação de atendimento e tratamento aos pacientes que necessitam utilizar estes serviços.

15. ANEXOS

- ANEXO B
- E-mail CONVITE
- Histórico SMARAPD/ e-mail Almoxarifado

16. RESPONSÁVEIS

Eduarda Cassa Reis

Enfermeira - Atenção Especializada
Matrícula: 15474

Camila Leal Cravo Duque

Enfermeira - Atenção Especializada
Matrícula: 10006824

Jéssika Fialho Honório Schimainski

Coordenadora de Atenção Ambulatorial Especializada
Matrícula: 10004195



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://processos.vilavelha.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 31003700380036003100370034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **EDUARDA CASSA REIS** em **12/09/2024 10:50**

Checksum: **1F3284AAFE4166443E5A382A723DE687CED862259F0F15F361E05ABD662AB241**

Assinado eletronicamente por **Jessika Fialho Honorio Schimainski** em **12/09/2024 10:55**

Checksum: **A4770E2F397E8558ACC3186FA29F970879E3D26E43F47669A59B33AB38986B9F**

Assinado eletronicamente por **Camila Leal Cravo Duque** em **13/09/2024 10:06**

Checksum: **D4A8084FA6ACC606ED90804D68CCA754115181DBB466875AA2DE65ECE03671A0**



Autenticar documento em <https://processos.vilavelha.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 31003700380036003100370034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.